

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**MANDATO 2013-2017
ATA N.º 4
DE 28-11-2013**

ATA N.º 4
Mandato 2013-2017

Data da reunião extraordinária: 28-11-2013

Local da reunião: Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 17:20 horas

Términus da reunião: 19:35 horas

Resumo diário da tesouraria: 28/11/2013.....2.456.459,09 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Vereadores: Idália Maria Marques Salvador Serrão

Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares

António José da Piedade do Carmo

Luís Manuel Sousa Farinha

Ricardo Jorge Figueiredo Segurado

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes

Otilia Margarida Jacinta Torres

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Cristina Maria dos Santos Martins

Cargo: Assistente Técnica

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

----- **ABERTURA DA ATA** -----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram dezassete horas e vinte minutos, dando início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

--- **ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O ANO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

--- Para efeitos de apreciação e votação, foram presentes os documentos em epígrafe que se dão por aqui por reproduzidos, ficando cópia anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

--- O **senhor Presidente** começou por referir que o orçamento para dois mil e catorze é o orçamento possível, salientando que já o orçamento de dois mil e treze foi um orçamento bastante baixo, o mais baixo dos últimos seis anos, era um orçamento de setenta e oito milhões duzentos e setenta e cinco mil euros. O orçamento para dois mil e catorze é de cinquenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros e regista um decréscimo, relativamente ao de dois mil e treze, de dezoito milhões oitocentos e vinte e cinco mil euros. Referiu que para se encontrar um orçamento destes montantes tem que se ir ao ano de dois mil e três em que o orçamento foi de cinquenta e nove milhões trezentos e trinta e sete mil seiscentos e dois euros. Salientou que este orçamento está condicionado pelo plano de saneamento financeiro e pelo Programa de Apoio às Entidades Locais que se encontra a decorrer e tem levado a estas mesmas diminuições por via do seu ajustamento. Realçou que este orçamento de dois mil e catorze, relativamente ao de dois mil e nove, tem uma diminuição de quarenta por cento, relativamente a dois mil e onze um decréscimo de trinta e um por cento, relativamente ao de dois mil e treze um decréscimo de vinte e quatro por cento o que representa os dezoito milhões oitocentos e vinte e cinco mil euros. -----

--- Destacou que neste orçamento foi também cumprido o estatuto da oposição tendo sido ouvidos os partidos e movimentos com assento na Câmara e na Assembleia Municipal com uma perspetiva unitiva. Recordou que este orçamento por estar em plano saneamento financeiro terá que ser enviado para a Direção Geral das Autarquias Locais.

ATA N.º 4
Mandato 2013-2017
Reunião de 28 de novembro de 2013

--- Agradeceu aos técnicos do município pela disponibilidade para esclarecer as dúvidas dos vereadores e também para incrementar o documento, sempre cumprindo as determinações legais, muitas delas por via da contenção de despesas o que obriga a uma grande seletividade nos investimentos a concretizar. -----

--- Enfatizou, quanto ao objetivo da planificação, a sua importância primordial para a gestão do município, os orçamentos traçam as principais linhas de atuação e este também. Defendeu que quem olhar para este documento pode claramente ver as linhas de atuação, admite que em relação à despesa, por via de estar num plano de saneamento financeiro, o ajustamento é muito marcante relativamente aos anos anteriores, mas evidenciou que não se pode esquecer que quarenta e quatro vírgula setenta e cinco por cento das Grandes Opções do Plano estão nas funções sociais, e dessas, mais de metade está adstrito à educação. -----

--- Disse que a liquidação da dívida, relativamente ao Programa de Apoio à Economia Local e aos empréstimos atualmente a decorrer, ronda os catorze por cento do valor do orçamento. Referiu que, à semelhança do nosso país e de muitos países, este serviço de dívida tem um grande peso relativamente ao orçamento, facto que se encontra plasmado no documento. -----

--- Realçou também que outro objetivo que se pretende alcançar é a diminuição dos prazos médios de pagamento, considerando importante que assim seja. Disse que já foi injetado bastante dinheiro na economia com o Programa de Apoio à Economia Local, apesar de ainda faltar terminar a primeira fase de pagamentos. A este propósito referiu ter sido efetuada uma reunião com os senhores Vereadores onde foi explicado o motivo da primeira fase ainda não estar completamente fechada, reforçando que ainda faltam a segunda e a terceira fases de pagamentos, que vão permitir injetar mais dinheiro na economia.-----

--- Salientou que, para além dos fornecedores, também relativamente às associações e às juntas de freguesia é importante que isso se faça. Em relação a estas últimas informou que, atualmente se verificam atrasos numa média de dois duodécimos, esperando, que nos primeiros meses do próximo ano, a situação fique regularizada e se passe a estar em

- dia com estas entidades.-----
- Relativamente aos projetos que estão a decorrer, voltou a referir que este é o orçamento possível, não se podendo realizar muitas obras, salientando que é o primeiro ano de vigência do novo Quadro Comunitário de Apoio, em que este será estruturado de outra maneira, e onde as candidaturas poderão passar pela comunidade intermunicipal, feitas ao nível da NUT III (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas). Informou que ao nível da NUT III está a ser feito um programa territorial integrado que será o estribo das candidaturas a apresentar sabendo que muitas delas terão que demonstrar rentabilidade relativamente ao que é o dinheiro investido dos fundos comunitários. -----
- Recordou que alguns projetos importantes ainda estão a decorrer e serão terminados no próximo ano, exemplificando com a requalificação da Rua Trinta e Um de Janeiro, a estrada da Estação que iniciará na próxima semana e o Centro Escolar do Sacapeito que está em fase de conclusão. Recentemente a Câmara foi informada que foram aprovadas no INAlentejo mais duas participações de dois projetos, uma tem a ver com o campo de futebol de sete e balneários na Escola Superior Agrária de Santarém e o outro é o Centro de Inovação Empresarial na Escola Prática de Cavalaria, em parceria com a Nersant. Em relação a este último considera-o estruturante para muitas das matérias do futuro do concelho particularmente no que se refere à criação de emprego na região.-----
- Referiu também que a Câmara não se pode afastar doutros objetivos importantes como o Plano Diretor Municipal que acredita que todos estão conscientes do quanto é estruturante para o concelho, devendo ser ultimado no próximo ano. Salientou também o Plano de Pormenor a decorrer através da Parquiscálabis, junto ao nó da autoestrada no Cartaxo e que envolve cinquenta e dois hectares. -----
- Ao nível da ação social destacou, nomeadamente com o Conselho Local de Ação Social, o modelo de intervenção integrado que considera importante que seja implementado, sendo já um anseio por parte das instituições e também para consolidação da rede municipal.-----
- Quanto aos apoios das entidades culturais e recreativas, lembrou que muitas delas

têm verbas a receber nas segunda e terceira *tranches* do Programa de Apoio à Economia Local, defendendo, neste âmbito, que a estruturação do município deve ser mais sustentável e equilibrada para o aproveitamento do novo quadro comunitário dois mil e vinte. -----

--- Saliou, como principais rúbricas das receitas correntes as transferências correntes no valor de dezasseis milhões seiscentos e quarenta e três mil quatrocentos e dezasseis euros, que representam vinte e oito por cento da receita que incorpora o FEF o Fundo Social Municipal e o IRS, os impostos diretos no valor de doze milhões oitocentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e dois euros, que representam perto de vinte e dois por cento da receita e os rendimentos de propriedades que rondam os cinco milhões e novecentos mil euros o que representa dez por cento do rendimento e nas receitas de capital realçou os passivos financeiros no valor de doze milhões seiscentos e setenta e oito mil cento e cinquenta e quatro euros, as transferências de capital no valor de quatro milhões trezentos e quarenta e seis mil duzentos e setenta euros incluindo-se nesta rúbrica os fundos QREN e o FEF Capital, representando estas cinco rúbricas cerca de oitenta por cento da receita do orçamento para dois mil e catorze. -----

--- Relativamente a algumas diminuições de receitas, afirmou que são situações que decorrem da Lei mas que trazem constrangimentos, lembrando a este propósito os alertas que já havia feito no último congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses acerca das matérias que estão aqui plasmadas. -----

--- Destacou, ao nível da diminuição da receita efetiva, que não vão ser recebidos trezentos e quarenta e três mil novecentos e dois euros face ao valor previsto na Lei do Orçamento do Estado de dois mil e treze, ou seja, há uma diminuição na participação dos impostos do Estado, a estes acrescem cerca de duzentos e vinte mil euros diretamente relacionados com a nova lei das finanças locais, mais especificamente da passagem do Imposto Municipal sobre Imóveis rústico de cinquenta para cem por cento, pois anteriormente era feita a transferência de cinquenta por cento para a freguesia e cinquenta por cento para a Câmara e atualmente é feita a transferência de cem por cento para a freguesia, mas que acaba por sair do orçamento da câmara e também com um por

cento relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis urbano que vai para as juntas de freguesia. -----

--- Realçou que o acima descrito não pode ser dissociado do que desde há dois anos tem trazido bastantes constrangimentos ao Município, recordando que o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado da iluminação pública passou da taxa reduzida para a taxa máxima o que tem um impacto no orçamento a rondar os trezentos e cinquenta mil euros. Algo que também considera inadmissível mas que também decorre do processo legal é o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado das refeições escolares que é à taxa máxima, especialmente sabendo que esta é para muitas crianças a única refeição que tomam e em que o município presta apoio por esta via e, por isso, considera que este é um IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado injusto, traduzindo-se num acréscimo de despesa na ordem dos cento e vinte mil euros anuais. -----

--- Chamou também a atenção para o facto de o licenciamento zero ter sido apresentado com muita pompa e circunstância e, apesar de reconhecer a sua importância, realçou que há algumas taxas que os municípios perdem, nomeadamente ao nível da cobrança de publicidade e isso não foi devidamente acautelado, é claro que a economia tem que ser incentivada, mas mais uma vez esses incentivos foram feitos por via da receita municipal. -----

--- Relativamente à delegação de competências na área da educação, o atual governo fala do programa aproximar e vai propor um novo pacote de delegação de competências, a este propósito alertou que se for feito à semelhança do que foi feito pelo governo do Partido Socialista, em que imediatamente a seguir alteraram as regras, não se pode aceitar. Quando à delegação atualmente em vigor nesta área, informou que, provavelmente no próximo ano terá que ser devolvida porque não é possível suportar despesas para além do orçamento na ordem dos seiscentos/setecentos mil euros. Esclareceu que a autarquia tem cerca de sessenta funcionários a mais do que é pago pelo Ministério da Educação com a agravante, de que se algum se aposentar deixa-se de receber a verba correspondente ao seu vencimento e não é possível contratar mais, sendo necessário recorrer ao centro de emprego para colmatar essas falhas. Esta situação gera

transtornos e deve ser analisada de outra forma e tem que ser tomada uma decisão relativamente ao início do próximo ano escolar pois só quem ganha aqui é o Estado.-----

--- Disse ter dado alguns exemplos para que se perceba que a diminuição da verba da autarquia resulta, não só da receita, mas também do que tem que se pagar, dos impostos, da delegação de competências. Fazendo aqui um pequeno exercício, para que entendam as dificuldades com que a Autarquia se debate no dia-a-dia, com as transferências correntes do Orçamento do Estado, e nestas considerando apenas o FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, o FSM – Fundo Social Municipal e o IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, em dois mil e dez a Câmara recebia catorze milhões trezentos e cinquenta e nove mil seiscientos e quarenta e seis euros, em dois mil e catorze a previsão de receita nesta matéria são doze milhões cento e vinte e cinco mil quatrocentos e oito euros, o que representa uma diminuição de dois milhões duzentos e trinta e quatro mil duzentos e trinta e oito euros, é uma diminuição de dezoito vírgula quarenta e três por cento relativamente ao valor de dois mil e dez, se se dividir por doze meses este montante traduz-se numa diminuição mensal de cento e oitenta e seis mil euros, o que considera que é significativo e traz muitos constrangimentos ao funcionamento dos municípios considerando também importante que as pessoas saibam destas dificuldades que por vezes podem, do ponto de vista das atividades, ter alguma relevância.-----

--- Relativamente à despesa corrente este ano serão trinta e oito milhões novecentos e dezoito mil quatrocentos e oito euros, há uma diminuição de vinte vírgula oitenta e sete por cento relativamente a dois mil e treze, as principais despesas são aquisição de bens e serviços, com quinze milhões cento e vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro euros o que representa vinte e cinco vírgula quarenta e quatro por cento da receita e tem uma diminuição efetiva relativamente ao ano passado de vinte e dois vírgula setenta e sete por cento. Salientou também a despesa corrente com pessoal que representa vinte e três vírgula setenta e um por cento e tem uma diminuição de oito vírgula sessenta e quatro relativamente ao ano transato. Como terceira despesa mais significativa indicou a aquisição de bens de capital que representa dezasseis vírgula noventa e cinco por cento

no orçamento apresentando uma diminuição relativamente ao ano passado de trinta e seis vírgula vinte e três por cento.-----

--- Ainda no que se refere a despesas com pessoal justificou a descida verificada com o facto de se ter conseguido baixar a dívida com a Direção Geral de Proteção Social dos Trabalhadores em Funções Públicas - ADSE e também o número efetivo de pessoal, uma vez que desde o orçamento para dois mil e doze que os municípios estão obrigados a reduzir o pessoal, obrigatoriamente, em dois por cento, sob pena de lhe serem aplicadas sanções, nomeadamente ao nível da retenção de verbas para o município pelo Estado. Informou que o Município de Santarém tem cumprido esse rácio através de duas formas, pela não renovação de contratos a termo e pelo pessoal que se reforma. Acrescentou que, fazendo uma análise das pessoas que estão para reforma e das que já pediram a reforma, prevê-se que nos próximos quatro anos estes números continuarão a ser cumpridos e não haverá a necessidade de outro tipo de medidas. Salientou que a não renovação de contratos a termo tem sido importante para a manutenção destes rácios e que nos números apresentados já está a aplicação do novo orçamento de Estado. -----

--- Comparou o ano de dois mil e catorze com o ano de dois mil e quatro porque alguns órgãos de comunicação social têm falado muito nas despesas do gabinete de apoio à presidência. Em dois mil e quatro o Gabinete de Apoio ao Presidente gastava quatrocentos e catorze mil quatrocentos e trinta euros e oitenta cêntimos, em dois mil e catorze é previsível que o valor se situe nos duzentos e noventa e três mil duzentos e cinco euros e trinta e oito cêntimos, ou seja, há um diferencial de cento e vinte e um mil duzentos e vinte e cinco euros e quarenta e dois cêntimos. -----

--- No que concerne à aquisição de bens e serviços também há uma diminuição de vinte e dois vírgula oito por cento relativamente ao orçamento de dois mil e treze verificando-se um decréscimo de quatro vírgula quatro milhões de euros. Nesta matéria, salientou que uma parte se deve ao pagamento de dívida, não se podendo esquecer que uma grande parte deste ajustamento se deve ao facto de, por via do plano de saneamento e do programa de apoio às entidades locais, se ter conseguido baixar a dívida. Esse facto consubstancia-se também nestas rubricas, no entanto realçou que, desde há dois anos tem

sido feita internalização de alguns serviços. Esta medida, referiu, iniciou-se com a recolha dos resíduos sólidos urbanos em que, no âmbito das NUTs III (Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas), foi apresentado um documento que previa a redução de duzentos a trezentos mil euros por ano. Recordou que, das vinte e oito freguesias que compunham o município, a recolha era feita pelos serviços da Autarquia em quatro, e nas restantes vinte e quatro o serviço era assegurado por uma empresa. Nesta altura, com a aquisição de três carros passou-se a fazer a recolha em todo o concelho, e foi possível ter poupanças nesta matéria. -----

--- Também no tratamento de verdes infestantes existia uma empresa que fazia este trabalho e passou o Município a assegurá-lo, havia um contrato de conservação corrente das bermas das estradas do concelho e também houve a internalização desses serviços, admitindo que, relativamente a este último, dentro de dois anos terá que ser reavaliada a possibilidade de retomar esta conservação. Do mesmo modo, recordou que o município de Santarém, por via dos loteamentos e dos seus espaços verdes, tem cerca de quarenta e dois a quarenta e três hectares de área verde, em que uma grande parte dos mesmos eram tratados com recurso a empresas externas, e também passaram a ser assegurados internamente.-----

--- Reconheceu que para se conseguir executar estas tarefas houve necessidade de recorrer muito ao Centro de Emprego e afirmou que não concorda, de todo, com a questão de dizer que os Municípios não podem admitir mais pessoal, porque efetivamente o município de Santarém comprova, com esta internalização, que necessita de mais pessoal relativamente a estas matérias, tal como já tem defendido publicamente.

--- Realçou que, também aqui, o executivo tem que agradecer aos funcionários que participaram nestas internalizações, pois sem eles não se teria conseguido fazer tudo o que foi feito até esta altura e prestar os serviços com a qualidade com que foram prestados.-----

--- Afirmou que, quanto à aquisição de bens de capital também houve um decréscimo de trinta e seis vírgula vinte e três por cento, devendo-se uma parte a pagamento de dívidas a empreiteiros e também às juntas de freguesia. Nas despesas de capital, embora as

considere muito importantes, realçou que estas acabam por acarretar muita despesa corrente que lhe está sempre associada, ou seja, a despesa de capital relativa à construção de um equipamento é considerada despesa boa mas grande parte do investimento acarreta despesa corrente no futuro, em relação à qual considera que devia haver, a nível de quem legisla, algumas alterações para que esta questão fosse alterada. -----

--- Assegurou que este é um orçamento de fortalecimento das bases estruturais que tem a certeza que irá incrementar o concelho, o crescimento futuro, desejando que este crescimento seja forte e sustentado, e agradecendo mais uma vez ao Departamento de Administração e Finanças a competência e a dedicação na elaboração deste orçamento. -

--- A senhora **Vereadora Idália Serrão** proferiu a seguinte intervenção: “Uma imagem séria, transparente e verdadeira”, propõe-nos o senhor Presidente Ricardo Gonçalves, “sem temor”, na introdução que faz ao documento do Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e catorze, condições fundamentais para o desenvolvimento da estratégia que o Executivo pretende desenvolver para que o concelho de Santarém se “afirme cada vez mais como um concelho atrativo, quer ao nível da qualidade de vida, quer ao nível dos novos investimentos”. -----

--- Levantam-se-nos dúvidas iniciais com a leitura deste preâmbulo: obras iniciadas há largos meses e ainda por acabar como a Rotunda de São Bento, ou as estradas e ruas partidas em tempo de eleições e ainda sem pavimentos repostos nas freguesias, lixo amontoado nas ruas e caixotes de lixo por lavar nas zonas habitacionais, lixo, ervas e mato nas zonas com potencial de investimento económico como a Zona Industrial de Santarém; será a estas realidades que o senhor Presidente se refere quando fala de um concelho atrativo, com qualidade de vida e que atraia novos investimentos? -----

--- Escreve ainda o senhor Presidente, querer “que os nossos atuais e futuros munícipes se revejam no seu município” Esta afirmação deixa-nos preocupados. Onde está a sua memória senhor Presidente? Porque fala apenas no presente e no futuro? E o passado? Os seus oito anos de passado na Câmara de Santarém, como vereador, como Vice-Presidente e como Presidente durante os últimos dezasseis meses do anterior mandato?

Onde está o respeito por todos aqueles que um dia partiram, mas que aqui nasceram ou que passaram por Santarém; no seio das famílias de norte a sul do concelho, pela escola de regentes agrícolas, pela escola prática de cavalaria, pelo politécnico de Santarém; ou por aqueles de que todos os dias temos notícia, e que partiram, porque Santarém não lhes dava condições para cá se fixarem; os jovens, os menos jovens, aqueles que pelos mais diversos condicionalismos partiram da sua freguesia, do seu concelho e do seu país, empurrados, mas que deixaram em Santarém as suas famílias, a sua alma e o seu coração? -----

--- Um homem sem memória é um homem sem passado. Mas nós faremos questão de lhe ir avivando a memória, senhor Presidente, para que não esqueça o passado; Os últimos oito anos à frente dos destinos de Santarém; o estado a que chegámos; a situação em que se encontra hoje a autarquia. A sua responsabilidade não começou apenas em vinte e nove de Setembro de dois mil e treze. -----

--- O documento previsional que contém o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze, que nos apresenta, é a imagem desse passado de que o senhor, por mais que se iluda, nunca se poderá dissociar. Porque Santarém tem passado, tem presente e quer ter um futuro sustentável. -----

--- O senhor apresenta-nos “um orçamento cujo valor se equipara ao de há dez anos atrás”, “demonstrando de forma inequívoca o ajustamento orçamental que tem sido realizado nos últimos anos”, “apresentando uma diminuição de quarenta por cento face a dois mil e nove”. Fraca memória, senhor Presidente!-----

--- Partiu do ano de dois mil e treze, ano em que o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém apresentava um valor inferior ao que agora o senhor nos apresenta para dois mil e catorze, mas podia ter iniciado a sua comparação a partir de dois mil e cinco, ano em que iniciou funções e assumiu responsabilidades na gestão do município de Santarém. Com orçamentos sempre a crescer entre dois mil e cinco e dois mil e nove, ano de eleições, ano em que a dívida da Câmara de Santarém teve um aumento de dezoito milhões, número que agora nos apresenta como decréscimo, quando comparado com o ano anterior, o ano de dois mil e treze, e que justifica com o ajustamento

decorrente da execução do Plano de Saneamento Financeiro e do Programa de Apoio à economia Local. Estes dezoito milhões de euros, não são mais do que a dívida que os senhores fizeram apenas no ano de dois mil e nove. -----

--- Paga por todos nós com o acréscimo de quinze milhões e meio de euros de juros que também iremos pagar pelos dois planos de resgate. Pagar caro! Triplamente! Os munícipes pagam os dezoito milhões de dívida que os senhores fizeram em dois mil e nove, ano de eleições; pagam os quinze milhões e meio de euros em juros; e pagam caro o que a Câmara deixou, deixa e não irá fazer no concelho de Santarém. Para além do aumento das taxas máximas de impostos como o Imposto Municipal sobre Imóveis ou a Derrama, quando os municípios as estão a baixar. -----

--- Apresenta-nos para dois mil e catorze um **orçamento de cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta euros**. Com base em que receitas, senhor Presidente? Nas receitas de estacionamento e de antecipação do valor das rendas da EDP Energias de Portugal que os senhores também hipotecaram, comprometendo a saúde financeira da autarquia e o desenvolvimento de Santarém? A receita da Câmara em dois mil e doze rondou os trinta e oito milhões e duzentos mil euros. O documento que levou à última Assembleia Municipal do anterior mandato, com a receita da câmara, à data, não nos deixou descansados quanto à receita para dois mil e treze. Há-de rondar a de dois mil e doze. Por isso afirmamos, uma vez mais, que **este orçamento não é real quanto à receita**. É um orçamento empolado. E até que nos prove o contrário, diremos que dentro desse empolamento há acomodação de dívida. -----

--- Dentro deste orçamento o que é que não é obra já realizada e que irá apenas agora ser paga? Que procedimentos estão por legalizar e vão apenas ser legalizados com este orçamento para dois mil e catorze? Olhamos para a rubrica das Grandes Opções do Plano (GOP) – **Transferências entre Administrações** – as Grandes Opções do Plano para as freguesias, e que constatamos? Que nada de novo se irá fazer em dois mil e catorze. Que em dois mil e catorze não haverá investimento nas freguesias, e que apenas se irá pagar o que se fez ou o que se mandou fazer às freguesias. Onde está ainda neste Orçamento para dois mil e catorze o procedimento de aquisição do mobiliário da

Assembleia Municipal? Ou vai arrastar por mais tempo esta ilegalidade não pagando o material a quem de boa-fé o lá instalou e que os eleitos vêm a utilizar há um, dois, três anos? -----

--- Das informações que lhe pedimos, para formar o sentido de voto do Partido Socialista, agradecendo aos funcionários da Câmara o seu envio, constatamos, senhor Presidente, que boa parte das nossas questões ficam por responder. E esta não é uma questão técnica, mas matéria do foro político. Uma espécie de chuto para canto com o envio de informação que deu trabalho aos técnicos da câmara a elaborar, mas que não corresponde àquilo que pedimos. -----

--- Quando lhe pedimos a listagem desagregada dos **bens e serviços a adquirir**: outros bens: cem mil euros; estudos, pareceres, projetos e consultoria: duzentos e setenta e nove mil euros; assistência técnica: cento e sessenta mil euros; outros trabalhos especializados: quatrocentos e setenta e cinco mil euros; outros serviços: cinco milhões de euros, é-nos fornecida uma listagem genérica de aquisição de bens e de prestação de serviços que aprendemos a classificar pela leitura de um manual de contabilidade pública, mas que nada nos dizem sobre a atual situação da câmara. Estes montantes destinam-se a pagar bens e serviços já fornecidos? Aplicados ou a aplicar exatamente onde e em quê? A que corresponde exatamente cada montante que nos apresenta no orçamento para dois mil e catorze? -----

--- E a **aquisição de bens de capital** nos montantes para os quais também lhe pedimos que desagregasse a sua afetação: cento e setenta e seis mil e três euros em equipamento de informática; quinhentos e noventa e nove mil trezentos e cinquenta e um euros em software informático; trezentos e quatro mil quinhentos e cinquenta e seis euros na aquisição de “outro”. Estes bens vão ser adquiridos? Já foram adquiridos? Quando? A quem? Para quê? Onde estão aplicados? Que justificou a sua aquisição em tempos de resgate da Câmara de Santarém? Resgate que levou a Câmara ao pagamento de quinze milhões e meio de euros de juros? -----

--- Num tempo em que o mercado se apresenta cada vez mais competitivo, e em que a concorrência faz baixar os preços dos bens e serviços a adquirir pelo município, tem o

senhor reavaliado e renegociado periodicamente os contratos entre os fornecedores e a câmara de Santarém? Ou anda refém das dívidas aos fornecedores? Gestão! É tudo uma questão de boa ou má gestão! -----

--- O capítulo económico **Aquisição de Bens de Capital** apresenta uma despesa total de cerca de dez milhões euros. Entre dois mil e doze e dois mil e catorze é reduzido para menos de metade (dois mil e doze: vinte e um vírgula seis milhões; dois mil e treze: quinze vírgula oito milhões). Para além do decréscimo acentuado destes valores, também a taxa de execução é elucidativa do que não se tem feito em Santarém! A taxa de execução em dois mil e doze foi de dezassete vírgula um por cento. De vinte e um vírgula seis milhões previstos em dois mil e doze, apenas se executaram três vírgula sete milhões de euros. E em dois mil e treze, quanto se vai executar? Este é que é o “orçamento verdadeiro” de que o senhor presidente fala na introdução aos documentos que nos enviou para apreciação?-----

--- Mas voltemos à **receita** para dois mil e catorze, na nossa opinião, empolada, uma vez mais, para acomodar dívida. Escreve o senhor Presidente na introdução aos documentos que apreciamos: “Não queremos fazer promessas que não possamos cumprir”, condição fundamental para a “construção de um concelho sustentável e equilibrado”. As **receitas dos rendimentos de propriedade**, as rendas que o senhor diz vir a receber pelo arrendamento de edifícios municipais apresentam um valor de quatro milhões cento e cinquenta mil euros. -----

--- Senhor Presidente: a Câmara recebe rendas dos tribunais que se instalaram em Santarém, ou essas rendas são pagas diretamente à empresa que fez as obras para a sua instalação? Quanto deveriam valer? Estão nesta rubrica? Disse-nos que pretende arrendar instalações da Escola Prática de Cavalaria à Guarda Nacional Republicana para que se instale em Santarém: qual é o estado das negociações? Quanto inscreveu nesta rubrica para esse efeito? Em que estado de avanço estão essas negociações e que valor acordaram pela renda? Ou melhor: qual é o valor base de negociação? Será uma nova Casa dos Sabores, senhor Presidente?-----

--- Ainda sobre receitas empoladas falemos da **Águas de Santarém**: Os munícipes de

Santarém têm um tarifário trinta por cento mais elevado que a Águas do Ribatejo – segundo dados da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) Santarém tem a terceira taxa mais alta de resíduos sólidos em todo o país – e contamos, senhor Presidente, que a Câmara, não se prepare para subir, ainda mais, o tarifário em dois mil e catorze. É fundamental que hoje nos deixe aqui o seu compromisso sobre esta matéria. -----

--- Esta realidade penaliza diretamente os munícipes! Que são duplamente penalizados com a atitude que Câmara vem adotando com a utilização dos dividendos da empresa. Quando a gestão do abastecimento da água no concelho era feita pelos Serviços Municipalizados de Água de Santarém, o lucro dos diferentes exercícios era reinvestido na modernização e no aumento da capacidade da rede. Hoje, os lucros da empresa Águas de Santarém são injetados na Câmara Municipal para fazer face a necessidades de tesouraria. Por má gestão. Da câmara e da empresa municipal, com sacrifício dos munícipes. Ou não será essa a verdadeira justificação para os setecentos e dez mil euros de **Receitas correntes, inscritas no Orçamento da Receita, no Capítulo das Transferências Correntes**, rúbrica Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais? --

--- E os **rendimentos da propriedade**, que apresentam para dois mil e catorze um total de cerca de seis milhões de euros. Com uma quebra de sessenta e seis por cento face a dois mil e treze. A que corresponde esta redução? O que é que falhou? Qual foi a receita real de rendimentos da propriedade em dois mil e treze, quando estavam previstos dezassete milhões quinhentos e oitenta mil euros? Sabemos que o executado em dois mil e doze foi cerca de um milhão e setecentos mil euros. Este não é um orçamento empolado. É um orçamento muito empolado! Para acomodar dívida! É destas promessas que o senhor fala na Introdução aos documentos, que não quer fazer, se as não puder cumprir? -----

--- Onde está “acomodada” a contrapartida da Câmara de Santarém para o próximo quadro comunitário de apoio? Quanto vale especificamente? O que vai executar com o novo quadro? De acordo com que estratégia? E o Plano de Intervenção Integrado para a área social? Quanto vale especificamente? Em que rúbrica está “acomodado”?-----

--- Uma última questão relativamente ao **Mapa de Pessoal** da Câmara de Santarém: em dois mil e treze a Câmara tinha novecentos e trinta e dois funcionários. Prevê-se que em dois mil e catorze venha a ter novecentos e dezoito. Sabemos que decorre da Lei uma redução de dois por cento no número de funcionários. Entre dois mil e treze e dois mil e catorze será este o real número de funcionários da Câmara Municipal de Santarém que não verão renovados os seus contratos de trabalho ou que irão requerer a aposentação?--

--- O senhor Presidente acaba de comparar o número de “pessoal” que integrava o Gabinete de Apoio à Presidência em dois mil e cinco com o número de colaboradores que o integram em dois mil e catorze, referindo que atualmente se verifica um decréscimo muito significativo quando comparado com o ano em que o Partido Social Democrata assumiu responsabilidades na câmara de Santarém. Quantas pessoas iniciaram a sua colaboração com o Gabinete de Apoio ao Presidente desde dois mil e cinco e durante os últimos anos foram integradas nos quadros da câmara e das empresas municipais? -----

--- Quantos avançados, contratados a termo, assessores, secretários e adjuntos acomoda o senhor neste orçamento para dois mil e catorze?”-----

--- O senhor **Vereador Madeira Lopes** proferiu a seguinte intervenção: “O orçamento, plano de atividades e grandes opções do plano da autarquia constituem, como a Coligação Democrática Unitária sempre defendeu, a pedra angular do trabalho e do desenvolvimento do Município. Mais do que um mero instrumento contabilístico repositório de receitas e despesas previstas, mais do que a moldura dentro da qual todos teremos que trabalhar, eleitos e trabalhadores públicos e demais entidades públicas e privadas que, colaborando com a Câmara, prestam serviços de interesse para a nossa comunidade e contribuem de forma decisiva para a satisfação das necessidades das nossas populações, dos quais destaco os órgãos das nossas Freguesias, o orçamento constitui o astrolábio que nos guia nesta viagem difícil e de tormenta, como começa o senhor Presidente, na sua carta de apresentação orçamental, por destacar. Contudo, sinceramente, parece-nos que este orçamento tem mais de lábia do que de estrela polar...

--- Com efeito, registamos as palavras do senhor Presidente de que este é um

“orçamento cujo valor se equipara ao de há dez anos”, ou seja ao de dois mil e três, conforme o mapa apresentado, na ordem dos cinquenta e nove milhões e meio de euros. Ou seja, há aqui um desinchar de anos a fio de orçamentos fictícios, ilusórios, mentirosos, de quem prometia muito e cumpria muito pouco, apresentando depois, em abril do ano seguinte, um rasto de execução miserável. Como dissemos repetidas vezes durante a última campanha eleitoral, uma política de verdade e de transparência deve começar no orçamento, que deve ser o mais realista e transparente possível!-----

--- Registamos ainda que o senhor Presidente confessa o indesmentível e que já toda a gente tinha descoberto há muito tempo e, portanto, fraca confissão é, de que este é um orçamento “sem grandes possibilidades de novos investimentos”. De facto, a situação de resgate financeiro para a qual o Partido Social Democrata, seguindo a desastrosa obra de gestão irresponsável iniciada pelo Partido Socialista, e conseguindo até superar os seus antecessores, arrastou as finanças da Câmara Municipal de Santarém, deixam-nos a todos e em particular aos mais desprotegidos e aos parceiros que contam na sua atividade com o equilíbrio de um leme firme, constante e estável na condução do Município, em muito maus lençóis.-----

--- Quanto ao fortalecimento das bases estruturais de um crescimento forte e sustentado, os fatores galvanizadores, o rumo para um Concelho sustentável e equilibrado, que são prometidos, sinceramente, e salvo o devido respeito, não as vislumbramos nesta proposta. Onde é que estão as reformas? A reestruturação? Onde é que se vai poupar? Onde é que estão os sinais de fortalecimento? Palavras de alento, num suposto Plano de Atividades que se tem vindo a empobrecer, como as Grandes Opções do Plano onde só quase encontramos números onde deveriam constar as políticas e prioridades sectoriais estabelecidas, e que se tem vindo a tornar mais opaco e de propaganda, mas que não encontram depois eco orçamental e não é por falta de espaço vazio, pois o buraco financeiro é grande.-----

--- O que nos traz à questão fundamental: infelizmente este orçamento não é, pelo menos ainda, um orçamento de rutura com o passado, um orçamento da mudança que Santarém precisa, e muito menos é, obviamente, o orçamento da Coligação Democrática Unitária,

embora reconheçamos que a situação atual deixa pouca margem de manobra, quer com os cortes oriundos da Administração Central e, portanto, também do Partido Social Democrata, quer com as restrições impostas pelo Programa de Apoio à Economia Local e pelo Plano de Saneamento Financeiro, este último, em parte porque não foi aprovado mais cedo, como a Coligação Democrática Unitária atempadamente propôs, no que se teria poupado ao Município alguns milhões a título de juros que vamos pagar a mais com as taxas mais altas a que se veio a financiar mais tarde o Município. -----

--- E se alguma rutura encontramos é em áreas onde, dado a conjuntura económica, financeira e social que vivemos, que atinge fundamentalmente os cidadãos mais desfavorecidos, a Câmara Municipal mais devia investir e não o faz, designadamente na educação e na ação social onde registamos uma diminuição de despesa significativa. ----

--- No capítulo da educação, sendo funções que foram descentralizadas da Administração Central para a Local, por via de um protocolo que Santarém correu a celebrar, não ouvindo a Coligação Democrática Unitária que bem avisou e apelidou essas transferências de competências de antecâmara da privatização, transferências que deviam ser acompanhadas dos respetivos meios financeiros, fazemos notar que a receita prevista se situa num valor, muito abaixo do valor efetivamente gasto pela Câmara Municipal de Santarém, como o senhor Presidente na sua intervenção inicial referiu. ----

--- Mas, nem no capítulo das receitas, verificamos uma rutura efetiva com o passado. Continuamos a constatar receitas cuja cobrança é difícil se não impossível, como o caso das rendas a pagar pela EDP Energias de Portugal, as rendas provenientes do arrendamento das antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria, da concessão dos parques de estacionamento, da AMA – Agência de Modernização Administrativa, da Empresa Águas de Santarém, entre outras. -----

--- Este é, infelizmente, um orçamento, no essencial de continuidade com o anterior mandato, tal como é este executivo do Partido Social Democrata à frente da Câmara. Este é o nono orçamento do Partido Social Democrata. Sem querermos chegar a apelar este mandato de Moitaflorismo sem Moita Flores, pois ainda é cedo para tanto, (e, querendo acreditar que assim não será, admitindo dar o benefício da dúvida), não se

pode escamotear que, apesar da renovação que o Partido Social Democrata fez nas suas hostes, o atual Presidente foi Vereador e Vice-Presidente ao longo dos oito anos anteriores e fez parte da equipa, nunca se distanciou da gestão sob a batuta do anterior Presidente, sempre votou favoravelmente, sempre esteve ao lado, aliás como as estruturas locais e nacionais do Partido Social Democrata, a acreditar nas palavras do ex-Presidente, e apoiou a política que nos guiou para o desastre em que nos encontramos. Não sei se com reserva mental ou não, mas em política, as posições públicas que assumimos, por ação ou omissão, não se podem branquear sob pena de estarmos a subverter as regras da Democracia.-----

--- Este orçamento, não obstante o denodado esforço que, reconhecemos, foi feito, rompendo com longos anos de absoluto desrespeito pela lei do Estatuto do Direito da Oposição, na realização de duas reuniões prévias com toda a oposição e até com um representante do Partido Social Democrata (apesar da lei não o prever nada temos contra), para discussão do orçamento durante e no seguimento das quais muitas questões foram respondidas, o que não podemos deixar de registar como muito positivo, mas dizia eu, apesar disso, este orçamento permanece mudo em relação a uma real estratégia de mudança.-----

--- E este orçamento não é apenas o orçamento possível face à conjuntura económica em que nos encontramos, não é apenas o orçamento de estrangulamento em que Partido Social Democrata e Partido Socialista nos deixaram, é um orçamento que não consegue ir mais além das soluções dos últimos anos. É um orçamento derrotado de um Partido Social Democrata que parece ter desistido de Santarém. E não nos vendam inevitabilidades ou orçamentos tecnocráticos, pois não foi para isso que fomos, todos nós, eleitos. Lamentamos dizer que temos dúvidas de que o Partido Social Democrata tenha a capacidade de gerir a situação e resolver o problema que criou, que tenha unhas para tocar esta guitarra quando nem sequer parece conseguir começar a afiná-la.-----

--- Por isso, repetimos, para a continuidade duma gestão que tem sido aventureira e não venturosa, não contem connosco, não contem com a Coligação Democrática Unitária. Não contem com a Coligação Democrática Unitária para se acomodarem conformados

na gestão dos tostõezinhos. Não nos move o bota-abaxismo ou o quanto pior melhor de que tantas vezes o Partido Social Democrata nos acusou nos últimos anos. Mas queremos, e foi esse o compromisso que assumimos com os eleitores, com as associações, instituições particulares de solidariedade social, juntas de freguesia, com todos os parceiros sociais, com os funcionários municipais e com os Scalabitanos e as nossas populações, uma mudança de rumo real e realista, motivada e consciente, com rumo.-----

--- Uma gestão partilhada com as Juntas de Freguesia, capítulo em que este Orçamento também não explica como vai resolver a questão que o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze coloca, no que toca às novas transferências que são impostas, ao arrepio da autonomia do poder local constitucionalmente garantida bem como dos princípios do direito administrativo, e que devem ser acompanhadas do respetivo pacote financeiro. -----

--- Esta proposta também ainda não adianta nada em relação a uma matéria que consideramos estratégica e fundamental e que, contudo, é deixada intocada, no que se faz mal, mantendo as transferências para a Empresa Municipal Viver Santarém. Não hesitamos dizer, como defendemos durante a campanha eleitoral, que este Executivo tem que ter a iniciativa e a coragem de estudar e de desenhar um caminho para, progressivamente, integrar as funções, ou pelo menos boa parte delas, nos serviços da câmara, com mais eficiência e proveito e menos custos, destacando-se a área da cultura como está à vista de todos que muito perdeu com a sua empresarialização. -----

--- Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, -----

--- O Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e catorze é um orçamento zero. Não de base zero como, de acordo com o prometido na fundamentação do Programa de Apoio à Economia Local, deveríamos conseguir ter já em dois mil e treze e afinal nem em dois mil e catorze vamos ter. Será para dois mil e quinze? É tão-somente um orçamento zero em investimento em que as ações relevantes constantes das Grandes Opções do Plano encontram-se praticamente todas já executadas, com exceção das pequenas ações de manutenção da gestão corrente que não podem

mesmo deixar de ser executadas, ficando a faltar pagar a dívida. Poder-se-ia dizer então que este é um orçamento para pagar dívida, mas mesmo neste capítulo ficamos aquém do desejado e esperado. Não chega para pagar a dívida, continua a inventar, ficcionar e inflacionar receita. E o atraso na execução do Programa de Apoio à Economia Local, atrasando a conversão de dívida aos fornecedores em dívida de longo prazo também não ajuda a criar folga orçamental. -----

--- Mas mais grave: no primeiro ano do próximo quadro comunitário de apoio, a Câmara Municipal de Santarém vai-se ver sem qualquer capacidade de investimento ou de folga orçamental para suportar a comparticipação nacional o que vai limitar seriamente ou mesmo inviabilizar totalmente qualquer aspiração de candidatura com sucesso a fundos para investimento de que o Concelho necessita como de pão para a boca. -----

--- Voltamos a dizer: sabemos o quanto a situação é difícil, sabemos e já dissemos quem são os responsáveis. Importa agora encontrar respostas para construir um caminho sólido e seguro para sair desta situação. Este ainda não é o orçamento que o fará. Estamos no início de um mandato que não começa da melhor maneira, mas renovamos o nosso empenho e compromisso em encontrar soluções inovadoras e reverter os erros do passado. Para essa tarefa podem contar com a Coligação Democrática Unitária. Para menos que isso, não estamos disponíveis. -----

--- Por isso, a Coligação Democrática Unitária não pode aprovar a presente proposta de Orçamento e Plano de Atividades para dois mil e catorze.” -----

--- **Senhor Presidente** – Disse ter estado a ler atas da altura em que a Vereadora Idália exercia funções executivas e onde também eram referidas as questões das dificuldades orçamentais. Afirmou não ter qualquer problema em discordar do governo quando não acha que esteja a atuar corretamente, e assim como disse tê-lo feito na semana passada referindo que já outras pessoas olham mais para a tática e só falam de acordo com outras questões. Garantiu ser uma pessoa que procura consensos, disse ter tentado mas não é possível e reforçou que não é sectário. Relativamente à questão do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, reafirmou que não concorda com ele, facto que já afirmou diversas vezes neste local. -----

--- Referiu que estão a decorrer no concelho vários milhões de euros de obras de saneamento, algo que já era falado há muito tempo, está a ser conseguido, admite que estas obras trazem transtorno para as populações e que existem alguns problemas com o empreiteiro que se têm estado a tentar resolver, mas sem dramatismos e sem grandes fait-divers.-----

--- Relativamente à questão do concelho atrativo recordou que no anterior executivo foi criado o centro de inovação empresarial, que pode alavancar do ponto de vista do nosso concelho para outros patamares ao nível do desenvolvimento económico. Esta iniciativa foi muito criticada por outras forças partidárias tendo sido dito que não era determinante para o concelho, no entanto os fundos foram aprovados. Considera curioso que os partidos manifestem constante preocupação com o emprego e com as empresas, mas quando confrontados com este tipo de decisões votam contra tornando-se caricato verificar quando se procede à assinatura do protocolo que existe uma sala cheia de empresários a concordar com o que está a ser feito pelo concelho.-----

--- Referiu-se ao facto de a senhora Vereadora Idália Serrão ter falado em memória e respeito contrapondo que também ela não deve esquecer que integrou um governo em dois mil e nove que teve grande influência na atual situação do país pois previa um défice de dois vírgula dois e o real foram nove vírgula três, o maior saldo de sempre da história, quer em valor absoluto quer em percentagem, do valor do Produto Interno Bruto reafirmando que isto também é ter memória.-----

--- Salientou que quando se fala na questão dos dezoito milhões de dívida de dois mil e nove por ser ano de eleições, não se pode excluir a dívida que fizeram no ano de dois mil e cinco, também ano de eleições, tendo já sido demonstrado que nesse ano foram gastos catorze milhões de euros. Realçou que quando se refere que após dois mil e cinco os orçamentos começaram a subir todos se devem recordar que os orçamentos para dois mil e seis, dois mil e sete e dois mil e oito, tiveram que aumentar para contemplar a tal dívida de dois mil e cinco. A este propósito afirmou que felizmente nos anos eleitorais algumas das coisas mudaram, anteriormente tinham esse mal, e considera-se à vontade para dizer estas coisas olhos nos olhos, sem subterfúgios, com a devida tranquilidade.---

ATA N.º 4
Mandato 2013-2017
Reunião de 28 de novembro de 2013

--- Disse que quando a senhora Vereadora vem perguntar pelo mobiliário também pode contrapor com questões de rotundas que ainda estão por resolver, mostrar uma fatura relativa a um artista que era do mandato dois mil e dois/dois mil e cinco, também da iluminação de natal, no entanto considera que isto são questões com que todos os executivos se debatem e que têm que se tentar resolver. Afirmou que teve que se colocar nestes primeiros orçamentos parte da dívida que o Partido Socialista não tinha pago, facto que acha legítimo. -----

--- Considera que muitas vezes somos mais culpados do que os outros que estamos a apontar, portanto acredita que aqui todos têm responsabilidades na gestão e no estado a que chegou o concelho e o país, todos os portugueses têm essa responsabilidade, uns mais do que outros, pelo que declarou que assumirá as suas sem problemas nenhuns. ----

--- Disse que quando o Partido Social Democrata tomou posse uma grande parte de coisas das juntas de freguesia não estavam deliberadas, vários milhões de euros, sobre os quais depois tiveram que se fazer acordos de pagamentos e entretanto já foi possível regularizar uma grande parte, mais especificamente seis milhões duzentos e tal. Assumiu que atualmente também existem muitas coisas por deliberar, situação que as juntas de freguesia conhecem e que envolve cerca de setecentos mil euros. -----

--- Centrando-se de novo no orçamento em apreciação, que considera um orçamento de dificuldade, manifestou-se desapontado pois na reunião do estatuto do direito da oposição, foram esclarecidas muitas situações mas estava à espera, na segunda reunião, que houvessem propostas o que não se verificou. Manifestou-se aberto à apresentação de propostas, recordando que numa primeira reunião foi discutida a delegação de competências do Município na Freguesia, discussão bastante aberta em que a Coligação Democrática Unitária tinha preparado bastante o documento, tendo sido aceites uma série de propostas, por isso instigou a que digam claramente onde é que tiram, onde é que se coloca e onde é que se faz! Declarou não ser um homem com dogmas, ter pensamento livre e ser muito unitivo. -----

--- Disse que os tempos são todos diferentes e que há dificuldades, as quais não esconde, considera que muitas das coisas que têm que ser feitas estão plasmadas neste orçamento,

e que uma grande parte do orçamento é para pagar dívida, facto que é do conhecimento geral e que também nunca escondeu.-----

--- Esclareceu que as rendas, referidas pela senhora Vereadora, que estão no orçamento são efetivamente da EDP Energias de Portugal. Quanto à questão da Guarda Nacional da República, informou que as negociações têm estado a decorrer com alguns avanços e recuos, tendo já existido conversações com o senhor Secretário de Estado, mantendo-se a perspectiva de que as negociações podem passar, voltando a reforçar que este é um documento previsional.-----

--- Face às afirmações de que este é um orçamento empolado prosseguiu, referindo que somando as citadas rendas com as vendas de património em dois mil e catorze obtém-se um valor a rondar os oito milhões cento e poucos euros enquanto que somando as rendas em dois mil e três, que eram dois milhões e seiscentos mil euros, com as vendas do mesmo ano, que atingiam mais de onze milhões e oitocentos mil euros o total ultrapassa os catorze milhões. Concluiu salientando que se verifica um diferencial de cerca de seis milhões entre os anos de dois mil e catorze e de dois mil e três que também poderia considerar empolado.-----

--- Aceita que há dificuldades no Município, a conjuntura agravou os problemas, e concorda que podem ter sido cometidos alguns excessos que têm que ser assumidos, mas pensa que já não é o momento de continuar a apontar o dedo uns para os outros, afirmando que mantém uma perspectiva de convergência, aceitando que tragam outras propostas. Disse ainda que a eventual reprovação do documento não será um problema pois a Câmara pode trabalhar com os duodécimos, conforme prevê a Lei e o envio para a Direção Geral das Autarquias Locais, será feito quando se reunirem as condições necessárias para tal.-----

--- Ainda em relação aos setecentos mil euros, o dinheiro para as juntas de freguesia, disse que ao contrário do que era feito anteriormente, grande parte está nas rubricas orçamentais, não havendo deliberação apenas devido à Lei dos compromissos, mas se houver um entendimento de que os senhores vereadores votam esses documentos poderá integrá-los já na próxima reunião.-----

ATA N.º 4
Mandato 2013-2017
Reunião de 28 de novembro de 2013

--- Quanto a outras verbas mencionadas pela senhora Vereadora esclareceu que em Estudos/Pareceres o valor baixou, portanto não existe nada de novo relativamente a essa matéria; Equipamentos Informáticos grande parte do valor refere-se a situações já contratadas trata-se de proceder ao pagamento; existiam ainda alguns concursos de modernização administrativa cujas candidaturas estão a ser reformuladas porque foram iniciadas negociações há cerca de um ano e os preços de muitas matérias depreciaram o que fará com que baixem.-----

--- Ao nível da renegociação de preços foi divulgado na comunicação social, o que tem sido feito através da Comunidade Intermunicipal e da respetiva plataforma onde se tem tido ganhos de escala e, por outro lado, grande parte dos fornecedores da autarquia estão nestes planos de saneamento.-----

--- Quanto à empresa Águas de Santarém sublinhou que é uma empresa da autarquia que num estudo recente da ordem dos técnicos de contas sobre as empresas municipais é das mais bem cotadas. Reafirmou que é uma empresa que este Executivo não pretende vender, informando ainda que não está previsto aumentar a água nem a taxa. Adicionalmente esclareceu que por via do estudo estavam previstos pequenos aumentos mas quando foram feitas as contas havia um diferencial de um vírgula sete milhões de euros portanto, foi deliberado pelo conselho de administração, na semana passada, que a água não subirá não obstante, chamou a atenção para a questão da sustentabilidade, e o Município de Santarém ainda continua a perder dinheiro entre o que cobra e o que tem que gastar sobre estas matérias. -----

--- Relativamente ao novo Quadro Comunitário de Apoio disse que está para sair o primeiro regulamento, esperando que o Governo, até final de março tenha os regulamentos todos prontos. A este propósito recordou que com o anterior Quadro Comunitário de Apoio os regulamentos só foram elaborados um ano depois. -----

--- Esclareceu que a autarquia está envolvida num Plano Territorial Integrado, que não tem custos para o Município, porque está a ser elaborado pela Comunidade Intermunicipal, onde foi realizada na semana passada uma apresentação do plano com a empresa que o está a desenvolver e a partir daí há que verificar quais as verbas que são

adstritas a cada um dos municípios. Recordou que este programa foi assinado por dezanove entidades, que estão a trabalhar e daí surgirão as candidaturas, salientando que a este nível a perspetiva também mudou com os novos fundos comunitários e os projetos têm que ser reprodutivos, têm que ter outro enquadramento nos concelhos. Disse que neste enquadramento a Câmara Municipal de Santarém no próximo ano irá fazer algumas candidaturas mas também só durante o próximo ano se irá saber os montantes disponíveis, salientando que é expectável que o Quadro Comunitário de Apoio se prolongue por mais dois anos.-----

--- Relativamente ao Mapa de pessoal clarificou que a senhora Vereadora referiu novecentos e dezoito mas o mapa de pessoal tem novecentos e cinquenta e dois trabalhadores e não novecentos e trinta e dois, pelo que não são catorze mas sim trinta e quatro as reduções.-----

--- Concordou com o senhor Vereador Francisco Madeira Lopes quando diz que há um desinchar dos orçamentos, acrescentando que gostaria de desinchar muito mais, mas neste momento ainda não foi possível do ponto de vista técnico, todavia disse esperar que dentro de dois anos haja essa possibilidade com outro orçamento. Referiu que futuramente os orçamentos terão que ter sempre esta característica. Considerou que, efetivamente, grande parte do orçamento, tirando os investimentos que estão a decorrer e algumas questões mais pequenas, é para pagar dívida, sendo facilmente perceptível no documento apresentado.-----

--- Disse ter percebido que este não é um documento da Coligação Democrática Unitária nem do Partido Socialista, lamentando que assim seja. Disse também que gostaria que a segunda reunião tivesse decorrido numa perspetiva de apresentação de propostas e não só de ouvir, mas acredita que surgirão propostas e não apenas dos partidos representados na Câmara pois garante que as reuniões relativas ao estatuto da oposição serão mantidas com regularidade, assim como também irá manter reuniões de trabalho mensalmente com as juntas de freguesia, para que possa haver uma maior proximidade, possibilitando o conhecimento entre todos e a existência de uma perspetiva de trabalho em conjunto. --

--- Relativamente à educação considera-a um pilar importante, salientando que na

questão da delegação de competências, houve pressupostos que se alteraram imediatamente a seguir à assinatura do acordo de delegação de competências. Considera que, se todos concordarem, no final deste ano deve rescindir-se o protocolo de delegação de competências mas sublinhou que, no início do ano escolar, se o governo não assumir e o começo do ano escolar não for da melhor maneira, o Executivo estará consciente que é uma responsabilidade que passaram para o governo. Declarou não ter problemas em assumir uma atitude destas, se todo o executivo o fizer, por considerar que a Câmara não pode continuar, com estas dificuldades, e estar ainda a subsidiar o governo. -----

--- Afirmou que o Partido Social Democrata não desiste de Santarém, está consciente que existe um quadro coletivo de dificuldades e têm que ser ultrapassadas, mas com tranquilidade. Recordou a sua intervenção na tomada de posse onde falou em discernimento porque realmente crê que é isso que muitas vezes tem que existir e muitas vezes poderá falhar, admite estar sujeito ao erro como todas as pessoas, mas garante que a prossecução deste Executivo é para que o concelho vá em frente e todos os projetos que apresentam é nessa perspetiva. -----

--- A senhora **Vereadora Idália Serrão** voltou a colocar algumas das questões anteriormente apresentadas por si, por considerar que são determinantes para fixarem o sentido de voto e que não foram respondidas pelo senhor Presidente. -----

--- O senhor **Vereador Francisco Madeira Lopes** voltou a intervir proferindo a seguinte intervenção: “O senhor presidente entretanto reconheceu que se fizeram excessos e que esses excessos foram volumosos, o Partido Social Democrata não está sozinho, tenho-o dito, nesta responsabilidade. Mas aqui, o facto de termos passado não implica que estejamos agarrados a isso, a nossa principal preocupação é efetivamente o futuro e é encontrar soluções e a nossa crítica a este orçamento, obviamente não podemos deixar falar das razões porque é que estamos como estamos, e é importante perceber também para corrigir os erros do passado. Eu devo dizer que neste orçamento consideramos que não é dado ainda o salto para a mudança que é preciso fazer, mas temos vindo a assistir a alguns sinais, ainda que desgarrados, em intervenções por parte do senhor Presidente, que desse ponto de vista vão ao encontro de propostas da

Coligação Democrática Unitária, de opiniões que a Coligação Democrática Unitária defendeu ao longo destes dois últimos mandatos e na campanha eleitoral como sendo fundamentais para reequilibrar a solução financeira da Câmara e colocá-la numa situação de melhor responder às necessidades. Para trabalhar essas questões a Coligação Democrática Unitária está disponível, se o Partido Social Democrata quiser arrepender-se dos erros que foram feitos e acolher algumas das propostas da Coligação Democrática Unitária ao longo dos anos nós estamos disponíveis, para trabalhar nesse sentido para continuar a desinchar o orçamento. O senhor Presidente foi eleito e admitimos que ainda não tivesse tido tempo para neste primeiro orçamento fazer tudo, embora sempre lhe diga que, de facto, as coisas preparam-se com antecedência e não na expectativa do que vai acontecer no ato eleitoral, mas mais lhe digo que, daqui a um ano estaremos aqui outra vez, para um novo orçamento e então aí é que não há mesmo desculpa rigorosamente nenhuma, estaremos aqui para ver em que medida é que o Partido Social Democrata, pontualmente vai ser das limitações das empresas municipais e a outros níveis estar de facto disponível para arrepiar caminho.” -----

--- O **senhor Presidente** especificou que, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, como já disse há um programa maior onde o do município está entroncado. Têm sido realizadas reuniões com os técnicos da autarquia e a empresa que está a tratar de enquadrar todos os projetos. Disse tratar-se de uma empresa que já trabalhou com a Câmara Municipal de Santarém, e que está a trabalhar usando também esse conhecimento adquirido e comunicou que quando o primeiro rascunho desse documento estiver pronto haverá uma reunião com as diversas forças partidárias para se tomarem decisões sobre esse documento. Informou que, ao nível da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, chegou-se à conclusão que dos onze eixos, cinco são preferenciais, desses cinco programas trinta e sete medidas são importantes, e será dentro dessas medidas que se vão decidir os projetos que estão a ser estudados pela empresa para a partir daí se apresentar a candidatura. Referiu que poderá haver verbas superiores aos oitenta e cinco por cento, no entanto ainda não se conhecem os regulamentos. Salientou também que nos últimos três anos os municípios têm tido um *superavit* ou seja não têm

ATA N.º 4
Mandato 2013-2017
Reunião de 28 de novembro de 2013

contribuído para o deficit do país, portanto, sendo assim, considera que deveriam ser olhados de outra maneira e não tem havido essa possibilidade. -----

--- A senhora **Vereadora Idália Serrão** proferiu a seguinte intervenção: “Este é um orçamento empolado. É um orçamento irreal. Feito com a preocupação de resolver uma parte dos imbróglis em que os senhores, durante oito anos, colocaram o município de Santarém. Orçamento que reflete este circunstancialismo, e não, como escreve na introdução aos documentos que nos apresenta, as dificuldades conjunturais que o país enfrenta. -----

--- Não é um orçamento feito a pensar nas pessoas, no reforço da sua qualidade de vida, na atração de novos investimentos e na criação de riqueza para o concelho. -----

--- É um orçamento que não separa despesas obrigatórias por lei ou por contrato, de despesas facultativas. Mete tudo no mesmo saco. Sem preocupação nem critério. Em tempo de assistência financeira à Câmara de Santarém, a autarquia devia pagar o que deve e restabelecer um relacionamento de confiança com os seus munícipes, os seus fornecedores e os seus funcionários, reduzindo ao mínimo as despesas supérfluas, com o cuidado de não provocar a paralisia dos serviços municipais, não comprometer as funções básicas que deve prestar à comunidade, nem paralisar ainda mais a economia do concelho. Estes deveriam ser os princípios da boa gestão do nosso município. Mas não é esta a realidade que decorre dos documentos que aqui nos apresentam. A realidade é um vazio de ideias para o concelho e uma preocupação de darem resolução a todos os imbróglis em que se meteram antes das eleições. -----

--- É o vosso orçamento! É este vosso orçamento que aqui estamos a apreciar e que iremos, em consciência, votar. Com as pessoas no centro das nossas preocupações e da nossa decisão. -----

--- O Partido Social Democrata não tem maioria neste Executivo. Nem teve a capacidade de fazer alianças. Mas tem a legitimidade da vitória que lhe deu o voto popular. -----

--- Senhor Presidente, se o Partido Socialista estivesse no Executivo da Câmara, a iniciar um mandato autárquico, nas vossas circunstâncias, gostaria, num primeiro momento, que

as restantes forças políticas lhe dessem um voto de confiança. -----

--- O que vamos fazer neste Orçamento para dois mil e catorze é manifestar através da nossa posição, um voto de confiança! Mas nem lho damos a si, nem à sua equipa, nem ao Partido Social Democrata.-----

--- Damos um voto de confiança aos munícipes, aos funcionários, aos fornecedores e aos parceiros económicos e sociais. Em nome do passado, do presente e do futuro de Santarém.-----

--- Os eleitos do Partido Socialista reiteram toda a sua disponibilidade para lutar por Santarém. Pelo território e pelas pessoas. Com responsabilidade. No estrito cumprimento da legalidade. Por Santarém. Princípios pelos quais nos iremos abster nesta votação.” ---

--- O senhor **Vereador António Carmo** interveio referindo que o faz após a divulgação do sentido de voto mas como foi vereador no último mandato e durante quatro anos analisou e discutiu os orçamentos empolados que o Partido Social Democrata apresentou. Salientou que de facto na vida tudo é relativo tendo-se hoje falado em mais um orçamento empolado, no entanto se se comparar com orçamentos de noventa e cinco milhões de euros, oitenta e cinco milhões de euros, oitenta e dois milhões de euros, setenta e oito milhões de euros, números que foram apresentados ao longo de quatro anos estes eram, em sua opinião, orçamentos empoladíssimos, não existindo qualquer justificação para a apresentação daqueles valores. -----

--- Prosseguiu referindo que o orçamento em apreço apresenta um valor mais baixo mas considera que continua a ser empolado. Realçou que na proposta que foi enviada pela Câmara Municipal de Santarém quando fez o pedido de saneamento financeiro, o valor que aí era referido como despesas de capital e despesas correntes não chegava aos quarenta milhões de euros pelo que se se comparar os cinquenta e nove milhões do orçamento com esses trinta e nove milhões do plano, ficam de mais de vinte milhões de euros que aparecem em receitas que o Partido Socialista considera como fictícias, porque não se sabe de onde é que irão surgir.-----

--- Salientou que tem que se ter a consciência de que este é um orçamento que tem o Programa de Apoio à Economia Local e o Plano de Ajustamento Financeiro o que obriga

a Câmara Municipal de Santarém a ter que apresentar um orçamento de valores muito mais reduzidos pois a autarquia não conseguiria justificar um valor muito mais elevado relativamente ao Plano de Ajustamento financeiro. -----

--- Declarou que apesar de ter votado sempre contra os orçamentos que foram apresentados durante o último mandato, partilha da justificação apresentada pela Vereadora Idália e naturalmente que defende inteiramente esta abstenção. Reconhece ainda que hoje a governação da Câmara tem o Partido Social Democrata com uma maioria relativa e acredita que isso levou também a que houvesse uma alteração na atitude. Afirmou que relativamente ao estatuto da oposição e às reuniões mencionadas pelo senhor Presidente está convencido de que estas acontecem apenas porque se alterou o equilíbrio das forças políticas pois no mandato anterior ele e o Vereador Ludgero eram oposição não se tendo verificado quaisquer reuniões, portanto, considera que esta alteração na atitude se deve ao facto de que o Partido Social Democrata precisam que a oposição tenha um voto que não chumbe, desde logo o orçamento para o ano que vem, mas também outras propostas que aqui venham à reunião de câmara. -----

--- Por último disse que entende que deve fazer esta justificação, por ter votado contra durante quatro anos orçamentos completamente empolados que não se justificavam, defendendo que o presente está a dar razão ao Partido Socialista, a muitas críticas que fizeram sistematicamente ano após ano, e que justificavam porque é que aqueles orçamentos não deveriam ser aprovados mas que o Partido Social Democrata aprovou com maioria absoluta. -----

--- O **senhor Presidente** respondendo ao senhor Vereador António Carmo recordou que ao nível do estudo do saneamento financeiro estava prevista a entrada de todo o dinheiro do Plano de Saneamento e do Programa de Apoio à Economia Local em dois mil e doze contudo, muito dele só entrou em dois mil e treze e neste momento ainda se está na primeira *tranche*, portanto há cerca de doze milhões que transitam para o outro ano daí também a diferença apontada pelo senhor Vereador. Explicitou que se se juntarem estes doze milhões aos tais quarenta milhões obtém-se um valor próximo do orçamento apresentado. -----

--- Quanto ao estatuto da oposição, apesar de concordar que o estatuto da oposição não foi cumprido o ano passado, lembrou que, efetivamente, se falou sobre o orçamento do ano passado, tendo havido uma reunião com a então Vereadora Catarina Maia, no seu gabinete, onde também esteve o Vereador Ludgero, pelo que considera não ser justo que se diga que não se falou sobre o orçamento, contudo, acha muito bem que o referido estatuto seja cumprido e afirmou que a partir de agora, no que depender de si, será cumprido, haja maioria ou não. Não quis no entanto deixar de fazer referência ao facto de que, também já esteve do outro lado e apesar de muito se ter apelado nunca foi cumprido por outras forças partidárias recordando ainda que, na Assembleia Municipal, fez parte de comissões que muitas vezes não funcionavam por inércia de quem estava. --

--- A seguir o senhor **Presidente** submeteu o assunto a votação tendo o Executivo Municipal deliberado, por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores Susana Pita Soares, Luís Farinha e Inês Barroso e com cinco abstenções dos senhores Vereadores do Idália Serrão, António Carmo, Ricardo Segurado, Otília Torres e Francisco Madeira Lopes, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém para o ano de dois mil e catorze. ---

--- Mais foi deliberado enviar os documentos agora aprovados à Direcção-Geral das Autarquias Locais para cumprimento do estabelecido na alínea b), do número um, do artigo décimo da Lei quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto, tendo ainda sido deliberado remeter, posteriormente, o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. -

--- Os senhores Presidente e Vereadores Idália Serrão e António Carmo referiram que as suas intervenções constituem declaração de voto.-----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** recordou que a próxima reunião do executivo municipal se encontra marcada para o dia dois de dezembro, com início às quinze horas.-----

ATA N.º 4
Mandato 2013-2017
Reunião de 28 de novembro de 2013

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dezanove horas, trinta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Assistente Técnica a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- Idália Serrão _____

--- Susana Pita Soares _____

--- António Carmo _____

--- Luís Farinha _____

--- Ricardo Segurado _____

--- Francisco Madeira Lopes _____

--- Inês Barroso _____

--- Otilia Torres _____